

Notícias

Novo Estatuto alarga capacidade de intervenção dos TOC

Sessões de esclarecimento

Decorreram durante o mês de Novembro sessões de esclarecimento sobre as alterações ao Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Em Lisboa o evento decorreu na Aula Magna, a 11 de Novembro, com a presença de cerca de 900 profissionais. Domingues de Azevedo, presidente da OTOC, sublinhou por diversas vezes, durante 90 minutos, que «este não foi um processo fácil.» Sobre o documento em si, classificou-o como um «bom Estatuto», que alarga a capacidade de intervenção dos TOC nas áreas inerentes à profissão.

Relativamente aos reparos que têm sido feitos a algumas alterações introduzidas, declarou que «é normal que num universo de 74 800 membros, existam pessoas que cultivem definições desadequadas da realidade e que entendam a profissão de forma distinta da nossa.» O res-

ponsável máximo da Instituição debruçou-se ainda sobre os motivos que estiveram na base de tantas dificuldades no percurso legislativo: «Este não foi um processo fácil e para ser aprovado foi necessário o envolvimento de muita gente.» É preciso compreender que alterar o estatuto de uma associação pública não é o mesmo que alterar o estatuto de uma associação de bairro», insistiu. Domingues de Azevedo explicou ainda o *timing* para estas sessões de esclarecimento de modo a «conciliar a alteração do SNC com a aprovação do Estatuto», por isso não foi possível debater, como seria desejável, antes da sua aprovação na Assembleia da República.

Após a descrição e explicação sobre a simbologia associada ao novo logótipo da Ordem, o presidente referiu que as eleições terão lugar 180 dias após a publicação do Decreto-Lei



A OTOC realizou sessões de esclarecimento sobre o novo Estatuto em todo o País



Com o novo Estatuto os TOC
vão alargar a sua área de intervenção

(entretanto foram já marcadas para o dia 26 de Fevereiro). Sobre o conteúdo do Estatuto propriamente dito, Domingues de Azevedo destacou o atendimento preferencial dos profissionais nos serviços de finanças, a possibilidade dos TOC representarem os seus clientes junto do fisco e a criação de colégios da especialidade na OTOC. Seis no total, sendo três de Fiscalidade e três de Contabilidade. «Os membros das comissões serão nomeados em breve, obedecendo a requisitos de qualidade», prometeu.

A nova orgânica da Ordem terá a seguinte composição: Assembleia-geral, Bastonário, Conselho Superior, Conselho Directivo, Conselho Fiscal e Conselho Disciplinar.

Responsável técnico

Outro tema pertinente abordado pelo presidente da OTOC foi a necessidade das empresas de contabilidade nomearem um responsável técnico. Caso tal não aconteça, terá de ser feita uma comunicação ao Ministério Público, impedindo a sociedade de prestar qualquer serviço conexo com a profissão. «O facto de o responsável técnico ser TOC leva a mais igualdade no exercício profissional», referiu ainda.

Relativamente às novas atribuições dos profissionais, foram destacadas as matérias relacionadas com a Segurança Social (SS). Os TOC, que já tratavam destas questões, vêem alargado o seu campo de acção. Vão ficar encarregues de supervisionar o processamento dos vencimentos e dos actos declarativos para a SS e os efeitos fiscais relacionados com o processamento de salários. «Trata-se de uma modificação que abre um amplo universo de oportunidades numa área fundamental, sublinhou o responsável.

Domingues de Azevedo congratulou-se com o aumento da área de intervenção dos profissionais decorrente do novo Estatuto, mas ressaltou que a credibilização desta actividade só será conseguida com actos consequentes. «Acabar com as avenças de miséria que por aí andam», foi um dos desafios deixados pelo presidente da OTOC, que disse querer erradicar os «grupos com interesses na Contabilidade, mas que nada têm que ver com esta actividade. Se a Contabilidade dá dinheiro, que sejam os profissionais a ganhar com ela», sublinhou, não esquecendo a sua «estranheza» pelo parecer pedido por um banco ao constitucionalista Gomes Canotilho, quando a alteração do Estatuto estava em discussão no Parlamento.

Outra novidade salientada por Domingues de Azevedo prende-se com a possibilidade de poderem ser eleitos membros dos órgãos da Ordem cinco anos após o cumprimento de punição disciplinar. De salientar ainda que, com o novo Estatuto, os TOC têm a possibilidade de solicitar a entidades públicas ou privadas competentes as informações necessárias à verificação da sua conformidade, com a realidade patrimonial expressa nas demonstrações financeiras das contabilidades pelas quais são responsáveis. Os profissionais podem ainda exigir uma quantia por conta dos honorários, a título de provisão, solicitação que, em caso de não ser satisfeita, lhes confere o direito de não assumir a contabilidade.

No âmbito dos deveres gerais dos TOC, no artigo 52.º do Estatuto, pode ler-se que os profissionais «devem celebrar por escrito um contrato de prestação de serviços» e «cobrar honorários adequados à complexidade do volume de trabalho, amplitude de informação a prestar e à responsabilidade assumida pelo trabalho executado.»

A sessão de esclarecimento da Aula Magna não terminou sem as questões levantadas pelos membros. E foram muitas. O TOC e a Segurança Social, a figura do responsável técnico e a pontuação das sociedades, foram alguns dos temas mais suscitados. Na resposta, Domingues de Azevedo reiterou que as alterações introduzidas foram feitas em prol do interesse colectivo da profissão. Sobre o tema da acumulação de pontuação, um dos que suscitou mais questões da as-

sistência, Domingues de Azevedo defendeu que esta prática vai ter «reflexo positivo na profissão», tendo referido que esta medida não será aplicada em sociedades cuja gerência não seja constituída por TOC, situação em que é usada a pontuação individual de cada profissional.

Para finalizar, o presidente da OTOC lançou as pontes para o futuro: «Estamos à frente de outras profissões na Europa e em Portugal estamos a progredir, com o impulso da passagem a Ordem. A partir de agora estamos no topo da organização profissional e o nosso objectivo é credibilizar socialmente a nossa actividade. Saibamos, enquanto profissionais, merecer esse objectivo, acabando, definitivamente, com a conceptualização que os TOC são, apenas, uns meros “arrumadores de papéis”.» ■

Assembleia-geral aprova alteração ao regulamento eleitoral

Maioria dos TOC deu “luz verde” ao documento

A Assembleia-geral extraordinária da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) aprovou, no passado dia 16 de Novembro, por maioria, a proposta de alteração ao regulamento eleitoral. Em termos genéricos, sublinhe-se a mudança das regras relativas à capacidade eleitoral passiva e a adaptação do documento ao novo Estatuto, substituindo-se as referências a «Câmara» para «Ordem», entre outras modificações de carácter muito limitado.

No arranque dos trabalhos, e perante cerca de 150 profissionais (que trouxeram consigo cerca de 70 votos por representação, num total de 217 votos pre-

sentes), Manuel dos Santos salientou o simbolismo de, pela primeira vez, se realizar uma assembleia-geral da Instituição dentro de portas, apesar do auditório da sede se ter revelado exíguo para a afluência registada, e de esta ser «a primeira assembleia realizada após a passagem da Câmara a Ordem.» A ocasião seria aproveitada ainda por alguns membros para visitar o edifício e conhecer de perto os departamentos.

Ainda na parte introdutória, Manuel dos Santos dirigiu «um agradecimento muito especial» ao presidente da Direcção, considerando que Domingues de Azevedo «foi o grande obreiro desta realização.» As palavras seriam acompanhadas



O auditório da OTOC foi exíguo para acolher os cerca de 150 TOC que estiveram presentes na AGE

por uma salva de palmas, a que se seguiu a explanação das alterações introduzidas no regulamento eleitoral e que conferem nova redacção aos artigos 1.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 12.º, 14.º, 17.º, 18.º, 20.º, 23.º, 24.º, 26.º, 27.º, 31.º, 35.º, 45.º, 46.º, 48.º e 49.º.

A palavra foi dada aos membros e oito dos presentes usaram desse direito. A necessidade da descentralização do voto nas várias representações permanentes da Ordem e a importância de ser assegurada a igualdade de oportunidades para todas as listas concorrentes aos actos eleitorais, materializada na possibilidade de poderem apresentar as suas ideias e propostas nos meios de comunicação da OTOC, bem como a sugestão de encontrar um sistema que permita guardar os votos por correspondência de forma a que «não se criem boatos», foram alguns tópicos que mereceram destaque.

Manuel dos Santos rebateria de forma veemente várias dessas ideias, mas acedeu também na possibilidade de introduzir alguns ajustamentos, como aceitar o *e-mail* como meio de comunicação. «Os boatos dependem do carácter das pessoas e não há regulamento ou lei que emende ou corrija o mau carácter», sustentou o presidente da Mesa da AG, garantindo também, antes de dar a palavra ao último membro inscrito, Domingues de Azevedo, ter aceite «a auditoria de uma empresa externa aos actos eleitorais com muita dificuldade, porque me considero suficientemente honesto para garan-

tir a equidade, legalidade e imparcialidade das eleições.»

O presidente da Ordem, por seu lado, começou por garantir que gosta de «batalhas, mas travadas com dignidade», antes de recordar aos presentes que a grandeza da Instituição, com os seus 75 mil membros, inviabiliza algumas das ideias apresentadas.

«A Ordem não tem secções regionais. Isso pressupõe a criação de novas estruturas, novos regulamentos. Não estou contra a votação presencial noutros pontos do País, para além de Lisboa, mas penso que isso iria criar mais dúvidas do que aquelas que possamos ter no modelo actual», sustentou Domingues de Azevedo que, no mesmo sentido recordou: «Incluimos no novo estatuto a possibilidade do voto electrónico, mas só poderemos avançar para um sistema desse género quando nos for garantida total segurança».

A favor da descentralização manifestou-se também Manuel dos Santos, garantindo que a ideia «merece a minha adesão intelectual» mas recordou que esse caminho não é sinónimo de mais participação nos actos eleitorais. Para tal, e momentos antes da votação, socorreu-se de um exemplo elucidativo: «Em Lisboa, temos mais de 20 mil membros inscritos. Sabem quantos votaram presencialmente, em 2007? Apenas 600.»

E com a verdade dos números passar-se-ia à votação. O resultado foi claro: aprovação, por maioria, da proposta de alteração ao regulamento eleitoral, da responsabilidade do presidente da Mesa da Assembleia-Geral. ■



A sede da OTOC recebeu, pela primeira vez, uma reunião magna da Instituição

Eleições para os órgãos da OTOC a 26 de Fevereiro

Prazo para entrega de candidaturas termina a 28 de Dezembro

Nos termos do disposto no Decreto-lei 310/2009, de 26 de Outubro, que aprovou a alteração ao Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e, fundamentalmente, por efeito da alteração orgânica da Instituição, torna-se imperativo realizar eleições para os novos Órgãos da Ordem nos 180 dias seguintes à data de publicação.

Nesse âmbito, o presidente da Mesa da Assembleia-geral convocou o acto eleitoral para o dia 26 de Fevereiro de 2010, a levar a efeito nas instalações da Ordem, na Avenida Barbosa do Bocage, n.º 45, em Lisboa.

Nos termos do regulamento eleitoral as propostas de candidatura deverão ser apresentadas, sob a forma de lista única, e dirigidas ao presidente da Mesa da

Assembleia-Geral até ao dia 28 de Dezembro. A votação, de acordo com as alterações aprovadas na última reunião magna, pode efectuar-se por correio, nos termos e condições a comunicar aos membros ou presencialmente, na sede da OTOC. ■



Membros vão ser chamados a escolher órgãos dirigentes da OTOC

«Efeitos do SNC na agricultura»

Apresentação disponível no *site* e na «Pasta TOC»

Com o objectivo de levar os empresários – primeiros interessados nos resultados das suas empresas – a compreender as alterações que o SNC vem introduzir na contabilidade, a Ordem tem vindo a desenvolver contactos com diversas associações representativas de vários sectores de actividade, no sentido de realizar acções conjuntas sobre o novo sistema contabilístico.

A CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal) foi uma delas, tendo já sido realizado um conjunto de sessões de esclarecimento, em diversas localidades do País, onde foi debatido o tema «Os efeitos do SNC na Agricultura».

A apresentação projectada nos eventos efectuados na Póvoa de Varzim, Vila Real, Viseu, Castelo

Branco, Beja, Évora e Vila Franca de Xira encontra-se disponível no *site* da OTOC e na «Pasta TOC».

Entretanto, estão já programadas outras acções de esclarecimento, a realizar em parceria com a AHRESP (Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal), sendo a primeira no próximo dia 11 de Dezembro, no Centro de Congressos de Lisboa.

A entrada é livre e a participação confere 12 créditos no âmbito do Regulamento do Controle da Qualidade.

As sessões são abertas também aos clientes dos TOC, para que possam ser sensibilizados para a nova realidade contabilística. ■

SNC domina «Conselho Fiscal» da TSF

Colaboradores da OTOC abordam as múltiplas aplicações do novo modelo

Há mais de um ano que os úteis conselhos sobre fiscalidade são parte indissociável da grelha da TSF, sendo transmitidos cinco dias por semana e duas vezes por dia, às 7h20 e às 18h45. A locução continua a cargo dos colaboradores da CTOC, Paula Franco, João Antunes, Sandra Bernardo e Amândio Silva. No período compreendido entre 2 e 27 de Novembro, as emissões diárias conheceram especial enfoque na problemática associada com o novo sistema de normalização contabilística. Foram os seguintes os temas: «Gestão do condomínio»; «Condomínios e rendas recebidas»; «Actividade empresarial dos condomínios e IVA»; «Condomínios»; «Co-propriedade e condomínios»; «Direito à dedução do IVA»; «Deduções dos PPR Públicos»; «As empresas e a distribuição de lucros aos empregados»; «Dedução em IRS de ca-

pital gasto em obras»; «SNC: alterações às regras para membros de órgãos estatutários, sociedades comerciais ou outras pessoas colectivas e entidades equiparáveis»; «SNC: aplicação de taxas sociais»; «SNC: novas regras para quem acumulam trabalho dependente e independente»; «SNC: taxa contributiva sobre rendimentos não sujeitos a tributação em sede de Segurança Social»; «SNC: alterações ao regime de Segurança Social dos trabalhadores independentes»; «SNC: alteração de regras quando à incidência de Segurança Social sobre alguns rendimentos»; «Valor temporal do dinheiro ao abrigo das novas regras»; «SNC: Níveis de aplicação»; «SNC: alteração de conceitos e definições», «Perdas por imparidade» e «SNC: o que muda para as pequenas entidades.» A totalidade dos programas já emitidos pode ser escutada nos *sites* da OTOC e da TSF. ■

Convénio OTOC e Sociedade Italiana de História da Contabilidade

Relações internacionais intensificam-se

A OTOC esteve representada em Milão (Itália), a 5 e 6 de Novembro último, no X Convénio da Sociedade Italiana de História da Contabilidade, através do presidente da Direcção, Domingues de Azevedo e do presidente do Conselho Fiscal e também vogal da Comissão de História da Contabilidade, Joaquim da Cunha Guimarães. Na ocasião foi celebrado um convénio entre a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e a Sociedade Italiana de História da Contabilidade, alargando-se,

também por esta via, o relacionamento internacional da OTOC. ■



A internacionalização da OTOC conheceu mais uma etapa

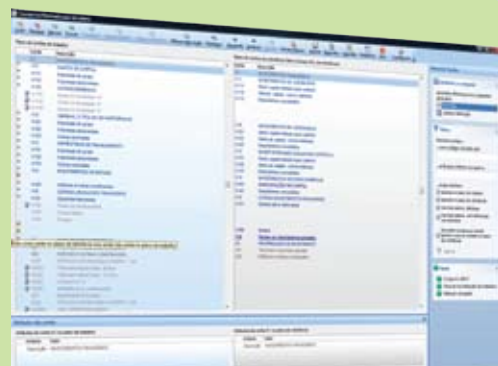
Rume ao SNC com toda a Confiança!

sage



Conversor Universal Sage SNC

- Interface facilitado apresentando sempre os dois referenciais contabilísticos, o POC e o SNC;
- Sistema didático de mensagens e sugestões;
- Ajustamento automático para o SNC de contas e subcontas aproveitando toda a hierarquia definida no POC;
- Transferência de saldos entre antigas contas POC e novas SNC.



Pack SNC Ready

Para o ajudar na Transição para o SNC disponibilizamos uma oferta especial que inclui:

- Produto + Serviço + 1 Dia Formação SNC + Linha de Apoio SNC



**Conheça as
Condições
Especiais em:**

**www.sage.pt/SNC
707 782 406**

OTOC presente no X Prolatino

Iniciativa decorreu em Uberlândia, Brasil

Cerca de 900 profissionais, na sua esmagadora maioria brasileiros, marcaram presença em Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, no X Prolatino – Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino. A edição deste ano, que decorreu nos dias 19 e 20 de Novembro, regressou assim à “terra natal”, depois das duas últimas se terem realizado em Portugal, com organização a cargo da OTOC. «Guiado por esse imenso respeito à cultura latina, berço da evolução científica da Contabilidade, tive a inspiração para criar o Prolatino e, em apenas 12 anos, realizar dez edições de um movimento internacional de cultura, inspirado na liberdade de pensamento, mas atado aos preceitos da “realidade objectiva” que a ciência defende», lembrou António Lopes de Sá na mensagem de apresentação do pros-

pecto do X Prolatino, justificando assim as origens e ideias-mestras do acontecimento. Apesar da distância, Portugal e, em especial, a OTOC, fez-se representar por uma delegação ao mais alto nível: Domingues de Azevedo, presidente da Direcção, Filomena Moreira e Jaime Santos, membros da Direcção e Joaquim da Cunha Guimarães, presidente do Conselho Fiscal e vogal da Comissão de História da Contabilidade (CHC) da OTOC, deram corpo à “armada” lusa em terras de Vera Cruz. Na sessão de abertura, o presidente da Direcção referiu-se às principais preocupações dos TOC e da Contabilidade em Portugal, destacando a consolidação da profissão com a recente transformação da Câmara em Ordem. Abordou, também, a importância do Prolatino como espaço de reflexão dos profissionais da contabilidade do mundo latino



Domingues de Azevedo teve participação muito activa no decorrer dos trabalhos do X Prolatino

e, particularmente, de Portugal e do Brasil, num universo onde as tendências anglo-saxónicas têm influenciado a normalização contabilística internacional, através da adaptação das normas internacionais de contabilidade do *International Accounting Standards Board* (IASB). Portugal é mais um exemplo disso mesmo, com a introdução do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) que entrará em vigor já em 1 de Janeiro de 2010. Além da intervenção inicial, Domingues de Azevedo moderou ainda o primeiro painel dedicado à «Organização, Controle Interno e Controladoria.»

Joaquim da Cunha Guimarães apresentou uma comunicação no quarto painel sobre «Fluxo de Caixa e Dinâmica Patrimonial», efectuando uma breve resenha histórica da normalização contabilística nacional e, particularmente, da demonstração dos fluxos de caixa no modelo POC e no futuro SNC. A delegação nacional contou ainda com a presença da docente da Universidade do Minho e presidente da CHC, Lúcia Lima Rodrigues, que moderou o quinto painel subordinado ao tema «Contabilidade Social e Ambiente», e de João Baptista Costa Carvalho, docente da Universidade do Minho e presidente da Comissão Instaladora do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) que apresentou uma comunicação no sexto painel sobre «Contabilidade Pública», tendo relevado os principais aspectos históricos, actuais e futuros da Contabilidade Pública em Portugal, nomeadamente os Planos Oficiais de Contabilidade aplicáveis a alguns sectores da Administração Pública. Como não podia deixar de ser, António Lopes de Sá discursou na abertura e na sessão final (palestra magna), apresentando o

tema «Ética da Diligência e o Valor Científico da Contabilidade.» A sua intervenção foi efusivamente aplaudida, tornando-se, mais uma vez, no ponto alto do Prolatino. Os ensinamentos de Lopes de Sá não se ficaram apenas por esta intervenção mas estavam já bem vinculados na mensagem constante do prospecto de apresentação do evento, onde defende que «o campo da ciência é como um grande terreno salpicado de pontos luminosos e outros escuros. Nossos trabalhos devem ser os de ampliar os luminosos ou multiplicá-los, assim ensinou Denis Diderot em suas “Obras Filosóficas”. Admito, todavia, como absolutamente lógico, que o valor está não só em criar, mas, também, em saber manter acesos os “pontos luminosos”. Respeito, humildade intelectual e diálogo são elementos que formam uma consciência ética de quem, sendo livre, respeita a liberdade alheia. É imprescindível ao progresso do conhecimento a consideração aos alicerces de um saber, pois sobre os mesmos se ergueram os grandes edifícios das doutrinas. Infeliz de uma comunidade que não sabe preservar as suas raízes porque tende a debilitar-se.»

Recorde-se que o Prolatino foi idealizado por António Lopes de Sá. A primeira edição realizou-se há 12 anos (1997) em Salvador. As seis edições seguintes decorreram também no Brasil (São Luís, Poços de Caldas, Recife, São Paulo e, novamente, Salvador) e as duas últimas em Portugal (Santa Maria da Feira, em 2006 e Lisboa, em 2008), organizados pela OTOC, prevendo-se que a 11.ª edição também se realize em terras portuguesas, conforme candidatura apresentada pelo presidente da Direcção da OTOC e que se pretende realizar em Braga. ■

Plano de Actividades e Orçamento para 2010 em discussão

Assembleia-geral a 19 de Dezembro, em Lisboa

Vai decorrer a 19 Dezembro, pelas 14 horas, na FIL, Parque das Nações, em Lisboa, a assembleia-geral da OTOC. O debate e a votação do Plano de Actividades e Orçamento (PAO) para 2010 é o único ponto da ordem de trabalhos.

O PAO, documento que orientará a actividade da Ordem em 2010, é de fundamental importância não só para a Instituição, mas também para todos os profissionais. Apela-se à participação naquele que é um dos momentos mais nobres de qualquer instituição. ■

«Noites SNC» decorrem até final do ano

Plano formativo para 2010 será anunciado em breve

Com o aproximar do fim do ano e do período das festas reduz-se o ritmo das formações ministradas pela OTOC. Contudo, em Dezembro, mantém-se a realização das reuniões livres das quartas-feiras e os encontros denominados «Noites SNC.»

Está também agendada uma formação segmentada subordinada ao tema «Localização das operações de serviços.» A partir de Janeiro iniciar-se-á um intenso ano formativo, que será anunciado em breve no *site* da OTOC.

Para já, encontra-se definido o calendário completo das reuniões livres das quartas-feiras para 2010. Pre-

cisamente a acompanhar esta revista «TOC» 117, segue o habitual calendário das reuniões livres, a nível nacional, de modo a facilitar a planificação que os membros fazem da sua presença nestas sessões que têm uma cada vez maior aceitação e procura. Conforme se menciona no Plano de Actividades e Orçamento (PAO) para 2010, uma vez por mês as reuniões livres terão a duração de quatro horas, sendo que as duas primeiras tratarão exclusivamente questões relacionadas com o SNC.

Essa informação não está contemplada no programa agora divulgado, dado que o PAO será apenas votado na próxima assembleia-geral. ■



As reuniões livres das quartas e as «Noites SNC» prosseguem até final do ano

Ordem cria seis colégios de especialidade

Alterações estatutárias

Nos termos das alterações introduzidas no artigo 3.º do Estatuto da Ordem, esta poderá criar colégios de especialidade.

Tendo em conta os efeitos positivos esperados com a criação das novas figuras, não só no domínio da legislação que regula o ensino nos institutos politécnicos, mas especialmente pelo aumento de qualidade profissional que os colégios representarão para a profissão, a Direcção da Ordem deliberou criar de imediato seis colégios de especialidade.

Na área da Contabilidade, o colégio da Contabilidade Financeira, Contabilidade Analítica e Contabilidade Pública. Na área fiscal, o colégio dos Impostos sobre o Rendimento, sobre o Consumo e sobre o Património.

Na sequência desta deliberação, a OTOC vai proceder ao convite a personalidades de reconhecido mérito nas respectivas áreas, com vista a elaborarem um documento onde se definam as condições de acesso, matérias a abordar e forma de avaliação de conhecimentos dos candidatos à inscrição naqueles colégios. ■

Nova edição do livro sobre o SNC

Obra continua à venda na sede e nas representações da OTOC

A grande adesão dos membros ao livro «Anotações ao Sistema de Normalização Contabilística», que foi distribuído no III Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas, e disponibilizado, em versão digital, na «Pasta TOC», levou a que a OTOC tivesse avançado para nova edição para fazer face à procura dos profissionais em obter a obra em formato de papel. A publicação continua disponível em todas as representações permanentes da OTOC, bem

como na própria sede, pelo preço de 10,50 euros (IVA incluído). Os TOC que pretendam o envio do livro para a sua morada também o podem fazer, mas neste caso acrescem custos de portes e embalagem, sendo o valor total de 19,50 euros.

No total foram editados até ao momento 17 mil exemplares. Caso seja necessário, a Ordem disponibilizará nova edição de 10 mil livros. ■

«Prémio Prof. Sousa Franco»

Trabalhos podem ser entregues até 31 de Dezembro

Decorre até ao próximo 31 de Dezembro a entrega de trabalhos do «Prémio Prof. Sousa Franco.» Criado em 2005, esta iniciativa da Ordem destina-se a premiar obras originais em português no âmbito das finanças públicas, contabilidade pública e fiscalidade.

Os interessados devem remeter os trabalhos (são válidos os publicados em revista, monografia ou outra publicação académica nos dois últimos anos) até ao último dia do ano, para a sede da OTOC. O vencedor receberá sete mil e 500 euros. ■